

excepcional trabalho etnográfico realizado e revela como alguns métodos clássicos da antropologia, como o *extended case method* de Max Gluckman, mantêm toda a sua actualidade para interpretar e descrever os mundos contemporâneos.

JOSÉ MAPRIL

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Manuel Castells e Pekka Himanen, A Sociedade de Informação e o Estado-Providência. O Modelo Finlandês, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 288 páginas.

Este pequeno livro de Manuel Castells, escrito conjuntamente com Pekka Himanen (publicado originariamente em 2002), apresenta-nos os traços essenciais do recente e extraordinário desenvolvimento da Finlândia rumo à sociedade de informação. Como referem os autores, na década de 50 do século XX a economia finlandesa era essencialmente agrária e, apesar de ter conhecido desde essa altura uma assinalável industrialização, passou, ainda no início dos anos 90, por uma forte recessão, devido, entre outros factores, ao colapso da União Soviética, que até então fora um dos seus principais mercados.

O que levou, em tão pouco tempo, este país a transformar-se numa das sociedades mais avançadas não só em termos económicos e tecnológicos, mas também em bem-estar social? Para melhor responder a esta questão os autores iniciam o estudo comparando alguns indicadores com outros dois países que também atingiram elevados índices de desenvolvimento (EUA e Singapura) e verificam uma disparidade enorme entre a *performance* económica e tecnológica, relativamente semelhante nos três países, e o nível de equidade social, que é claramente favorável ao caso finlandês. Os indicadores relacionados com a capacidade de protecção social reforçam essa diferenciação.

Este aspecto, que talvez seja o mais surpreendente, revela a importância do papel do Estado-Providência enquanto agente vital de todo o processo de desenvolvimento. Desde a década de 60 foi desenvolvida uma série de políticas públicas que se mostraram fundamentais, de entre as quais destacamos: a criação, em 1967, do Fundo Nacional Finlandês para a Investigação e Desenvolvimento; a aposta nas universidades públicas de alta qualidade

(nos anos 70 já eram 20); a decisão, tomada em 1982, de ir aumentando o investimento nacional em I & D de 1,2% do PIB até chegar aos 2,2%, em 1992, e de ultrapassar os 3%, actualmente.

É, sobretudo, esta última característica que leva Castells e Himanen a definirem a particularidade do modelo finlandês da sociedade de informação, em contraste com outros modelos, nomeadamente o de Silicon Valley, que é dirigido primordialmente pelos mecanismos de mercado, com custos consideráveis no que respeita ao aumento das assimetrias sociais e à deterioração do capital humano nas largas faixas populacionais que não acedem e, muito menos, intervêm em processos de alta inovação tecnológica e empresarial. O dado mais sintomático deste contraste revela-se na taxa de sindicalização, que na Finlândia ronda os 80% dos trabalhadores, contra apenas 14% nos EUA (em 1996).

Dois factores são determinantes para a construção deste modelo: a capacidade de inovação demonstrada em diversos sectores, com destaque para o empresarial, mas também a própria sociedade civil, e o poder da identidade nacional. Relativamente ao primeiro, é salientado o caso surpreendente da Nokia, cuja história é bem resumida no livro. Apesar de estar longe de ser a única empresa inovadora, esta foi, sem dúvida, a que alcançou resultados mais extraordinários. Contudo, não fora a articulação estratégica com o Estado e jamais a Nokia seria a empresa global que é hoje.

Em relação à sociedade civil, Castells e Himanen avançam com o conceito de hackerismo (tecnológico e social) como um elemento fulcral de inovação. Usualmente, o *hacker* é visto como um especialista em resolver problemas técnicos ligados à Internet. Segundo os autores, constata-se que os finlandeses aplicam entusiasticamente a prática *hacker* na partilha de recursos (sejam eles de aprendizagem, de informação ou meramente de partilha do tempo) para chegarem a objectivos sociais que ultrapassam largamente o âmbito do *software*.

A questão da identidade é particularmente relevante para os autores. No seu entender, «a identidade finlandesa desenvolveu-se a partir de uma longa história de sobrevivência [...]. Em última instância o Estado-Nação finlandês obtém a sua legitimidade da distribuição da sobrevivência, ou por outro lado, garantindo uma vida 'pós-sobrevivência' através da sociedade de informação e do Estado-Providência» (pp. 201-202). Neste sentido, a identidade cultural e o forte sentimento nacional parecem ser elementos centrais deste modelo paradigmático de desenvolvimento, que ao longo destas últimas décadas conseguiu projectar os indicadores da economia finlandesa para o topo das estatísticas mundiais.

Em resumo, podemos dizer que o modelo finlandês de sociedade de informação se estruturou em torno de um ambiente inovador gerado a partir de uma consistente interdependência entre Estado, empresas e sociedade civil, assente numa capacidade mobilizadora fortemente identitária. Neste

sentido, apesar de ser específico de um determinado contexto económico e histórico, não é descabido referenciá-lo como uma alternativa ao modelo de cariz essencialmente liberalizante.

RENATO MIGUEL DO CARMO
CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Elísio Estanque e Rui Bebiano, Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, 196 páginas.

Os autores deste ensaio provêm de percursos de investigação bastante diferentes não só no que diz respeito às suas disciplinas de formação (História e Sociologia), mas também às áreas de interesse ou abordagens metodológicas que privilegiam. Assim, se Rui Bebiano se tem ocupado nos últimos anos do estudo do movimento estudantil coimbrão, utilizando principalmente metodologias qualitativas, como as da história oral e cultural, o sociólogo Elísio Estanque tem dedicado a sua investigação sobretudo a problemáticas como as classes e desigualdades sociais, mobilidade ou participação política, geralmente privilegiando métodos quantitativos.

Todavia, estes percursos distintos convergem bem em *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*, livro onde as premissas históricas do movimento estudantil são postas em diálogo com as mais recentes evoluções da população estudantil coimbrã, procurando avaliar quanto daquele passado oposicionista está ainda presente nos corredores da Academia. Além disso, parece emergir também uma confrontação entre os próprios objectivos da contestação dos anos 60 — como a democratização da universidade e a sua maior ligação com as problemáticas sociais e políticas do país — e a efectiva situação da universidade nos dias de hoje. Neste sentido, aparecem ainda mais evidentes certos elementos emergentes da análise do actual meio estudantil, em que persistem desigualdades de acesso por parte das classes mais desfavorecidas e parece até ter aumentado a distância em relação ao país real, como demonstra a afirmação de valores cada vez mais individualistas e o nível extremamente baixo do envolvimento em actividades políticas ou de cariz associativo.

O livro estrutura-se em duas partes: a primeira descreve o percurso histórico do movimento estudantil coimbrão, enquanto a segunda traz uma